

LEWANDOWSKI DEFENDE REFORMA CONSTITUCIONAL PARA CRIAÇÃO DE UM “SUS DA SEGURANÇA PÚBLICA”



O ministro Ricardo Lewandowski afirmou que é necessário caminhar na direção de uma reforma constitucional do artigo 144, para inserir o Susp na Lei Suprema: “Para promovermos uma integração

e constitucionalizar esse sistema, à moda do SUS”, disse, durante reunião conjunta entre o Conselho Superior de Estudos Nacionais e Políticas e o Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Na avaliação do ministro, com a mudança, seria possível melhorar a qualidade do serviço prestado à população e ampliar os papéis da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

[Saiba mais aqui](#)

OPERAÇÃO CAMINHOS SEGUROS É CONCLUÍDA COM A PRISÃO DE 775 SUSPEITOS DE ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL

Iniciada em 2 de maio, a Operação Caminhos Seguros, coordenada pelo MJSP e realizada em parceria com as polícias civis de 13 estados, prendeu 775 pessoas acusadas de abuso sexual infantojuvenil. O investimento na operação foi de R\$ 940 mil.

As ações foram executadas por mais de 26 mil agentes de segurança em 676 municípios. O número de crianças e adolescentes resgatadas chegou a 197. A operação apurou mais de 2.100 denúncias, atendeu mais de oito mil vítimas e fiscalizou aproximadamente cinco mil locais e

[Saiba mais aqui](#)



28 mil veículos, totalizando 26.411 pessoas abordadas. Foram apreendidas 137 armas de fogo, 10,4 toneladas de drogas e 16,4 mil materiais com alusão a pornografia infantojuvenil. As ações educativas alcançaram 4,7 milhões de pessoas.

RIO GRANDE DO NORTE RECEBE 75 VIATURAS ADQUIRIDAS PELO COMPRASSUSP



A Senasp entregou 75 viaturas para o reforço da segurança pública no Rio Grande do Norte. Os veículos são do modelo pick-up L200 e totalizam R\$ 23,5 milhões de investimento em ações de prevenção e policiamento ostensivo.

A aquisição das viaturas ocorreu por meio do ComprasSusp, iniciativa do MJSP que permite a órgãos e instituições que compõem o Susp informarem diretamente as necessidades de compra ao Ministério. A Pasta fica responsável pela aquisição e entrega dos bens, por meio de emendas parlamentares e atas de registro de preços, de abrangência nacional, reduzindo a quantidade de convênios e acelerando a entrega.

[Saiba mais aqui](#)

LANÇADA A CAMPANHA “NÃO ESPERE 24H”, VOLTADA À CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS



A iniciativa do MJSP ocorre em alusão ao Dia Internacional das Crianças Desaparecidas, que acontece no sábado (25). O principal objetivo da campanha é desmistificar a crença de que é necessário aguardar 24 horas para registrar o desaparecimento. A proposta, estruturada em redes sociais e em parceria com influenciadores, enfatiza a importância de notificar as autoridades competentes o mais rápido possível, o que aumenta as chances de localização.

[Saiba mais aqui](#)

SENASP LANÇA ESCRITÓRIO COMPRASSUSP, PLATAFORMA ELETRÔNICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÕES

A Senasp lançou, nesta semana, o Escritório ComprasSusp, uma espécie de marketplace do Programa ComprasSusp que vai possibilitar que os órgãos que compõem o Susp adquiram produtos e serviços de forma mais ágil, transparente e econômica. A coordenação do Escritório ComprasSusp será da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFNSP).

O lançamento ocorreu durante o 1º Encontro Nacional do Programa ComprasSusp, que acon-

teceu no Centro de Convenções do Rio Grande do Norte, em Natal.



[Saiba mais aqui](#)

PRAZO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS MANIFESTAREM INTERESSE AO BOLSA-FORMAÇÃO DO PRONASCI ENCERRA DIA 7 DE JUNHO



O prazo para estados e municípios aderirem ao Projeto Bolsa-Formação do Pronasci 2 vai até o dia 7 de junho. A data é válida exclusivamente a entes que ainda não participam do programa.

O termo referente ao bolsa-formação prevê cooperação entre a União e os entes federados na realização das ações para a implementação do Pronasci 2, cujos recursos provêm do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Fundo Nacional Antidrogas (Funad). O prazo de vigência é de cinco anos, prorrogáveis mediante termo aditivo.

[Saiba mais aqui](#)